

J. FERNANDES MASCARENHAS

**A VERDADEIRA
NATURALIDADE
DE
DIOGO DE MENDONÇA
CORTE-REAL**

1974

Separata do jornal
«POVO ALGARVIO»

POR TERRAS DO ALGARVE
Ensaio de História e Arqueologia

ALGUNS TRABALHOS DO AUTOR

No Rumo da Educação.

Considerações sobre os factores educativo e económico no cooperativismo.

O que os documentos nos dizem sobre alguns aspectos da vida económica do Algarve no século XVIII.

Da Origem e Evolução das Armas Nacionais: sua crítica.

A luta contra os franceses em Olhão à luz de novos documentos.

A origem da Ordem do Carmo em Portugal nas suas relações com a Ordem de Malta.

Santo Cristo — Subsídios sobre o seu culto em Portugal, especialmente em Ponta Delgada e Moncarapacho.

POR TERRAS DO ALGARVE — ENSAIOS DE HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA:

D. Maria da Graça Pessanha e a Capela da Farrobeira.

A Arte Gótica no Algarve — Uma imagem da Virgem e uma cruz da igreja de Santo Estêvão de Tavira.

O Vinho da Fuseta na Economia do Algarve (Subsídios).

Origem dos Topónimos das Freguesias do Concelho de Olhão e alguns dos seus sítios.

Elementos de Arqueologia sobre o Algarve.

Elementos Históricos sobre a Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo e a Batalha do «Desbarato» entre mouros e cristãos.

A Verdadeira Naturalidade de Diogo de Mendonça Corte-Real.



DESDE há muito que nos vem interessando o estudo da figura do talentoso ministro de D. João V, Diogo de Mendonça Corte-Real, nomeadamente o problema da sua naturalidade, quer por se tratar de um algarvio de uma das mais ilustres famílias, quer, sobretudo, pela sua acção notabilíssima na política e diplomacia do seu tempo.

Nasceu em nós este interesse, após a leitura atenta da *Monografia do Concelho de Olhão*, de Ataíde d'Oliveira que, baseando-se em documentos vários que compulsou, considera Diogo de Mendonça Corte-Real como filho da freguesia de Moncarapacho, no que se afasta completamente da corrente de opinião até aí seguida.

Apesar do erudito iniciador dos trabalhos monográficos sobre o Algarve procurar provar essa versão sobre a naturalidade desse homem de estado, versão aliás exposta pela primeira vez na carta que o Prior de Moncarapacho Manuel Mendes Corrêa enviou, em 1758, para o *Dicionário do Padre Cardoso*, nunca deixámos, sempre que a ocasião se nos proporcionava, de procurar fazer mais luz sobre o assunto, isto é, queríamos provas irrefutáveis.

Nós mesmo, fundamentando-nos nas referidas opiniões, chegámos um dia a publicar um artigo de divulgação histórica sobre Moncarapacho⁽¹⁾, nossa querida aldeia natal, em que indicávamos o Doutor Diogo de Mendonça Corte-Real como filho dessa vetusta freguesia do Algarve.

Rodaram porém os tempos e, um dia, descobríamos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo um documento que, conjugado com outros elementos históricos também desconhecidos, nos permitiram provar, em definitivo, a verdadeira naturalidade de Diogo de Mendonça Corte-Real⁽²⁾.

Por outro lado, não há ainda muito tempo, levados pelo interesse em estudar a acção desse diplomata e político, bem como

de seu filho de igual nome, também homem de estado, vítima de Pombal, preparámos um trabalho de história diplomática, fundamentado em documentos das nossas chancelarias, alguns dos quais pouco conhecidos ou inéditos, o qual a seu tempo, devidamente ampliado, contamos dá-lo à publicidade.

Como dizíamos, quem primeiro deu Diogo de Mendonça Corte-Real como filho de Moncarapacho, pelo menos que o saibamos, e não foram poucos os elementos consultados, foi o Padre Mendes Corrêa, na sua carta existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sendo dela a seguinte passagem:

« Nasceu nesta freguesia Diogo de Mendonça Corte-Real, filho de Pedro de Mendonça Corte-Real e de Dona Maria; foi baptizado em 15 de Março de 1646, o qual pela grande compreensão e profundidade de juízo, de que foi dotado, conseguiu ser secretário de Estado do Senhor Rei D. João V, de feliz memória » ⁽³⁾.

Acerca desta carta, devemos acrescentar que, sob o ponto de vista histórico, constitui um documento bastante sério, cujas informações nos tem sido possível comprovar quase totalmente.

E Ataíde d'Oliveira, desejando escrever a sua *Monografia do Concelho de Olhão*, foi basear-se nela, mandando para tal extrair dos livros de registos paroquiais de Moncarapacho a certidão de baptismo em que se fundamentou o Padre Mendes Corrêa, termo que compulsámos no seu original.

Embora a cópia do documento seja exacta nas suas linhas gerais, tem, no entanto, deficiências que interessam ao estudo da questão.

Nelas porém não nos deteremos, ficando para outra oportunidade.

O que convém frisar é que Ataíde d'Oliveira fez várias tentativas para pôr a questão a claro, inclusivé a de mandar extrair uma certidão em Tavira, terra a que também se atribui a naturalidade de Diogo de Mendonça Corte-Real, de que não obteve qualquer resultado positivo, precisamente por faltar no respectivo livro a folha referente ao dia do mês de Julho de 1658, em que diversos autores afirmam ter nascido o ministro de D. João V.

Finalmente resolveu ouvir a opinião do Conselheiro João José de Mendonça Cortez que, acerca de Diogo de Mendonça, se expressou nos seguintes termos:

« Quanto ao nosso patrício, Diogo de Mendonça Corte-Real, secretário de D. João V, Rebelo da Silva diz que foi natural de Tavira; Pinheiro Chagas segue-o; outros dão-no oriundo da Jordana, freguesia de Moncarapacho. Inclino-me a esta opinião. A família de Mendonça Corte-Real tinha o seu solar em Moncarapacho e dali irradiou para Faro, constituindo as famílias Bivar

e Alistão; para Olhão, constituindo a família Mendonça do Torrejão; e para Tavira, constituindo a família Cabreira. Todas estas famílias provêm do tronco dos *Canários* de Moncarapacho, e desconhecem, penso eu, o seu parentesco, como por vezes mo afirmou o falecido Bivar (meu colega na câmara alta). Esta família *Canária* de Moncarapacho, de que talvez hoje ninguém se recorde, era descendente do último régulo de Silves, que é da tradição ter-se afogado no rio de Silves, mas que é falso. Fugiu ele de Silves e escondeu-se numas furnas, próximo desta cidade (talvez nas de Estômbar). Dali se escapou para Espanha, refugiando-se em *Alpujarras*, donde voltou a estabelecer-se em Moncarapacho, trabalhando ali pelas aspirações do restabelecimento do principado de Silves. E' isto o que consta das mais assinaladas tradições».

Por tudo quanto se acha exposto, termina Ataíde: «continuamos a seguir a opinião que dá — Diogo de Mendonça Corte-Real — filho de Moncarapacho».

E o certo é que a versão de Ataíde foi seguida em vários trabalhos relativamente recentes. O próprio investigador Damião de Vasconcellos, ao publicar as suas *Notícias Históricas de Tavira*, não o mencionou como um dos filhos ilustres dessa cidade e, em artigo inserto no jornal *Povo Algarvio*⁽⁴⁾, perfilha a ideia que Diogo de Mendonça Corte-Real era natural de Moncarapacho.

Ao afirmar que Moncarapacho foi berço de Corte-Reais, o Padre Manuel Mendes Corrêa não errou, pois o que temos encontrado neste sentido é bem concludente. Muitos filhos dessa ilustre família por aí passaram desde épocas recuadas. Todavia, pelas razões que vamos expor, Diogo de Mendonça Corte-Real não nasceu de facto nessa freguesia. O seu a seu dono!

E fazemo-lo perfeitamente à vontade, sem paixão de qualquer espécie, tanto mais que vamos riscar da história da nossa aldeia uma figura que foi das maiores do seu tempo.

Enquanto que em Moncarapacho existe um termo de um indivíduo de nome Diogo, filho de Pedro de Mendonça Corte-Real e de Dona Maria, vários biógrafos do referido Secretário de Estado, nomeadamente o insigne autor da História Genealógica da Casa Real, D António Caetano de Sousa, dão-no como filho de Diogo de Mendonça Corte-Real e de Dona Jerónima de Lacerda e como tendo nascido em 17 de Junho de 1658.

Sobre esta divergência podíamos talvez argumentar com uma possível confusão dos biógrafos, o que às vezes é vulgar, até com figuras relativamente recentes. O que, porém, já não pode oferecer dúvidas é o que nos diz um documento que encontramos na Torre do Tombo, na chancelaria de D. João V, escrito

na altura em que Mendonça Corte-Real era Secretário de Estado.

Diz esse documento, existente no Livro 52 da referida chancelaria, a folhas 66, o seguinte:

Carta da M.^a das Dizimas de Pescado do Couto de S. João da Foz e Lugares de Matozinhos e Leça.

Dom João Por graça de Deos Rey de Portugal. Faço saber aos que esta minha carta virem que tendo Respeito aos Serviços de Diogo de Mendonça Corte-Real do meu Conselho e meu Secret.^o de Estado filho de outro do mesmo nome e natural da Cidade de Tavira feitos do anno de seis Centos oitenta e oito the oprezente nos empregos de que foi encarregado sendo os últimos em o de Secretário da Caza de Bragança por espaço de quatorze annos sem ordenado e no mesmo tempo tres annos de Secretário das m.ces e expediente e honra no de Secretário de Estado que actualmente exercita com notório zello e fidelidade; e a pertencer lhe por Snnç.^a do Juizo das Justificações a acção dos serviços que lhe doou seu Primo João de Mendõça Corte-Real filho de P.^o de Mendõça Corte-Real e natural da Cidade de Tavira feitos por espaço de vinte etres annos quatro mezes evinte e quatro dias em praça de soldado e nos postos de Alferes capp.am de Infantaria Mestre de Campo Coronel de Infantaria e governador da Praça de Tavira.

.....

Lx.^a occ.al 28 de Jan.ro de 1719

Joseph Correa de Moura

O primo João de Mendonça Corte-Real, a que se faz alusão no documento, é aquele benemérito que foi Governador da Praça de Tavira e que repousa hoje na Igreja de S. José dessa cidade.

Que o Doutor Diogo de Mendonça Corte-Real nasceu em Tavira julgamos já não subsistirem quaisquer dúvidas em face do documento revelado, o qual dá uma paternidade idêntica à apontada por D. António Caetano de Sousa e outros autores.

Resta-nos agora saber quem era esse indivíduo do mesmo nome baptizado em Moncarapacho que, durante muito tempo, foi tido como o Secretário de João V. Era nem mais nem menos do que um primo do referido Secretário de Estado, filho de seu tio Pedro de Mendonça Corte-Real e de Dona Maria de Mendonça, esta natural de Sevilha.

Este Diogo de Mendonça Corte-Real, baptizado em Moncarapacho, tinha dois irmãos: um João de Mendonça Corte-Real, a que se refere o documento, e outro Bernardo, que morreu novo; e duas irmãs, Dona Maria e Dona Branca, que seguiram a vida religiosa, respectivamente, no convento das capuchas de Faro e no das bernardas de Tavira. Segundo Rangel de Macedo, no seu *Nobiliário* manuscrito, casou este primo do Secretário de Estado com Dona Joana de Vilhena, filha de Ruy Vaz de Siqueira e de Dona Francisca Teles.

NOTAS

(1) José Fernandes Mascarenhas — *Moncarapacho — Um pouco de história*, «Correio Olhanense», de 23 de Agosto de 1928.

(2) Com base nessa documentação, enviámos em 1932 uma carta para o «Diário do Algarve», jornal que, na altura, existia em Faro, a qual não chegou a ser publicada, limitando-se o referido jornal a dizer: «Do sr. José Fernandes Mascarenhas, de Lisboa, recebemos uma carta que, por demasiado extensa, não podemos, mau grado nosso, publicar, na qual se contesta a naturalidade de Moncarapacho atribuída a Diogo de Mendonça Corte-Real pelo nosso colaborador sr. Capitão Vieira Branco, no seu trabalho «Algarvios Ilustres» que este jornal tem vindo publicando, e se prova, de maneira realmente iniludível que o mesmo ilustre algarvio era natural de Tavira» (Diário do Algarve, de 9 de Novembro de 1932).

Quer dizer que, já nessa altura, provámos «de maneira realmente iniludível», como diz o «Diário do Algarve», que Diogo de Mendonça Corte-Real era natural de Tavira e não de Moncarapacho, não obstante isso nos pesar, na qualidade de moncarapachense. Mas a história tem que ser escrita com base em documentos e não em suposições vagas, muitas destituídas de qualquer fundamento!

(3) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, carta transcrita na «Monografia do Concelho de Olhão», ob. cit., págs. 183 e 253.

(4) Damião de Vasconcelos — *Ecos do Passado — Diogo de Mendonça Corte-Real*, «Povo Algarvio», N.º 83, de 29 de Dezembro de 1935, transcrito no n.º 2085 do mesmo jornal, de 1 de Junho de 1974.



Este estudo, que novamente se publica apenas com uma ligeira alteração no seu título e mais documentado, foi inserto, pela primeira vez, no suplemento «Letras e Artes» do jornal *Novidades*, de 27 de Abril de 1952.

Trata-se de um excerto de uma conferência por nós proferida em 24 de Abril de 1952, na Casa do Algarve em Lisboa, a qual se integra numa obra que contamos publicar e cujo original está praticamente concluído.

Nessa conferência, o nosso querido amigo e ilustre historiador Dr. Joaquim Alberto Iria, na altura Presidente da Comissão Cultural dessa casa regional e a cargo de quem esteve a nossa apresentação, revelou a existência do testamento de Diogo de Mendonça Corte-Real, ainda inédito, do qual nos ofereceu

uma cópia para o nosso trabalho a publicar sobre essa grande figura da política e diplomacia do seu tempo, que muito lhe agradecemos.

O referido documento veio confirmar o que já anteriormente tínhamos escrito para o «Diário do Algarve» e afirmámos na conferência, fundamentando-nos na «Carta de M.^e das Dizimas de Pescado do Couto de S. João da Foz e Lugares de Matozinhos e Leça», também inédita, que encontrámos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e transcrevemos em parte.

Quanto ao citado testamento, determina Diogo de Mendonça Corte-Real entre outras coisas o seguinte: «que quando falecer se deposite o meu corpo na freguesia em que morrer, e que os meus ossos sejam levados à cidade de Tavira onde nasci, e postos na sepultura que tenho na Capela de Nossa Senhora do Loreto, sita nas minhas casas da praça da mesma cidade».

A essa capela já nos tínhamos referido em o «Povo Algarvio», de 20 de Julho de 1947, baseando-nos em as *Notícias Históricas de Tavira*, do erudito escritor e investigador Damião de Vasconcelos, a propósito de uma visita feita por El-Rei D. Sebastião a Tavira.

Composto e Impresso

na

Tipografia «POVO ALGARVIO»

TAVIRA